



AS LÓGICAS DE ACTUAÇÃO EXTERNA EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE

A Política Externa e de Cooperação Brasileira em relação à África

Primeiramente, desejo manifestar minha satisfação, na qualidade de Diretor da Agência Brasileira de Cooperação, em participar do presente evento no Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, e poder compartilhar com os senhores algumas idéias sobre a prioridade conferida pela política externa brasileira ao progressivo fortalecimento dos vínculos do Brasil com os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, nestes incluídos Angola e Moçambique, bem como sobre a Cooperação Técnica Internacional desenvolvida pelo Brasil.

2. Não tenho dúvidas de que resultados extremamente positivos advirão dos debates realizados nesta oportunidade, que, estou seguro, permitirão o desenvolvimento de novos instrumentos para a concertação político-diplomática e a cooperação entre nossos países.

3. As relações com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) foram ponto relevante da política externa brasileira de 70 a 90, sobretudo a partir do Governo Geisel (cujo Chanceler era o Embaixador Antônio Azeredo da Silveira), ocasião em que o Continente africano passou a ser considerado, de forma estratégica, como uma fronteira transatlântica avançada do território brasileiro.

4. O reconhecimento do Governo instalado em Luanda no momento em que Portugal de lá se retirou, em 11 de novembro de 1975, foi um ato significativamente ousado, para compensar anos e anos de uma política brasileira inteiramente equivocada em relação ao Continente africano em geral e às então colônias portuguesas, em particular. O alinhamento com a potência colonial, a ditadura salazarista, trazia ao Brasil uma péssima imagem na África. O reconhecimento de Angola foi o ponto de inflexão, que jamais foi esquecido, tanto por Angola como pelos demais países da lusofonia, permitindo relações privilegiadas e especiais, até hoje.

5. Com os Governos do Presidente Figueiredo e, sobretudo, do Presidente Sarney, houve uma retomada e uma continuidade dessa política do Brasil em relação à África. Basta mencionar a criação, em 1989, do Instituto Internacional da Língua Portuguesa - embrião da própria CPLP.

6. As relações do Brasil com Angola são especiais. Principal parceiro do Brasil na África, Angola destaca-se pela percepção generalizada de que o país tem recursos e condições para se desenvolver de forma acelerada nos próximos anos, e de que deverá oferecer significativas oportunidades de negócios ligadas ao processo de reconstrução nacional.

7. Historicamente, o Brasil, primeiro país a reconhecer o Governo independente de Angola, sempre dedicou expressivo apoio diplomático ao Governo de Luanda, mesmo durante o período mais agudo da Guerra Fria. Esse apoio era visível nas Nações Unidas, e algumas vezes quase único, dentre o grupo dos países ocidentais, em particular quando o Brasil, no biênio de 93-94, ocupou assento não-permanente no Conselho de Segurança. O mesmo apoio verifica-se também junto a alguns países-chave, como os Estados Unidos da América, tendo o Brasil defendido, em Washington, o reconhecimento do Governo angolano pelo Governo norte-americano. Também foi importante o apoio brasileiro ao esforço de guerra, com a venda de equipamento militar nos anos 90, como aviões e tanques.

8. Na área econômico-financeira, o Brasil é um país com o qual Angola equacionou o pagamento de sua dívida externa. O Governo brasileiro concedeu, ao longo dos anos 90, créditos financeiros a Angola da ordem de US\$ 1 bilhão. Graças ao Memorando de Entendimento Brasil-Angola (MEBA), firmado no final da década de 80, renovado em 1995, e novamente em 2001, Angola amortiza em petróleo seu débito com o Brasil e recebe de volta, no montante de 45%, parte do pagamento sob a forma de novos créditos para a importação de bens e serviços brasileiros. Esse financiamento tornou possível a construção da Hidrelétrica de Capanda, o mais importante projeto de infra-estrutura daquele país, hoje já concluído e recentemente inaugurado. A Hidrelétrica de Capanda deverá ser o pilar energético do desenvolvimento que se espera para Angola. Durante a visita oficial do Presidente José Eduardo dos Santos ao Brasil, em maio de 2005, as duas partes concluíram negociações que resultaram em substantiva ampliação da tradicional linha de crédito às exportações brasileiras a Angola.

Mediante Protocolo de Intenções assinado durante a visita, o Brasil ampliará os créditos a Angola de modo a atingir uma soma de US\$ 580 milhões no triênio 2005/2007, o que permitirá a conclusão de projetos em andamento (Hidrelétrica de Capanda, exportações de ônibus e viaturas de polícia), bem como a efetivação de novos projetos nas áreas de infra-estrutura, saneamento e agricultura. A ampliação logrou tornar a linha de crédito ainda mais compatível com as potencialidades do mercado angolano e com o interesse das empresas brasileiras de elevar a sua presença naquele país. O mecanismo de créditos, ampliado mediante o novo mecanismo, continuará a ser acompanhado ao longo dos próximos anos, com vista a possíveis novos ajustes que venham a contribuir para aumentar o patamar dos negócios bilaterais.

9. Durante os anos de guerra, o Brasil foi sempre um parceiro fiel de Angola, e empresas brasileiras, como a Construtora Norberto Odebrecht, Furnas e a Petrobrás, mantiveram-se ativas no difícil cenário econômico angolano. Também nesse período, a cooperação técnica cresceu, com a especial destaque para a formação profissional e a instalação, em 1998, do Centro de Formação Profissional de Cazenga, nos arredores de Luanda, projeto apoiado pelo SENAI e que forma cerca de mil profissionais por ano.

10. As autoridades e a sociedade angolanas esperam protagonismo brasileiro na tarefa de reconstrução do país, mediante a celebração de importantes parcerias, com a participação ampla de setores e agentes diversos do Governo, assim como da sociedade brasileira, em número crescente de projetos de cooperação. Espera-se, sobretudo, a presença do setor privado brasileiro em investimentos, especialmente para recuperação de infra-estruturas e parcerias empresariais em Angola. Registre-se o número crescente de empresários brasileiros que vêm manifestando interesse pela ampliação das relações com Angola. Há também grandes expectativas de um maior envolvimento brasileiro, tanto do Governo quanto de setores não-estatais, no apoio à consolidação das instituições democráticas angolanas.

11. O Presidente José Eduardo dos Santos fez visitas oficiais ao Brasil em agosto de 1995 e em maio de 2005. Do lado brasileiro, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso visitou Angola, em

novembro de 1996, e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva também realizou visita àquele país em novembro de 2003, no contexto de sua viagem ao continente, quando visitou cinco países africanos (São Tomé e Príncipe, Moçambique, Namíbia e África do Sul, além de Angola).

12. Entre os setores importantes para a ação brasileira estão, entre outros, os setores energético, agrícola, de infra-estrutura, de serviços e a indústria alimentar e de transformação, além da indústria pesada (ferro e siderurgia). Foi criada em Angola, em agosto de 2003, a Câmara de Comércio Brasil-Angola, que poderá contribuir com o fortalecimento da agenda de cooperação econômica e comercial.

13. No que se refere às relações bilaterais com Moçambique, a estabilidade política, a democracia, os avanços econômicos do país e a estatura diplomática do Presidente Chissano e do Chanceler Leonardo Simão foram fatores que criaram condições favoráveis para os entendimentos de alto nível entre o Brasil e Governo moçambicano. Desde 2000, data da primeira de uma série de visitas de alto nível, as relações entre Brasil e Moçambique ganharam posição mais elevada no contexto das relações com a África. O anúncio do perdão então concedido de 95% da dívida pública de Moçambique para com o Brasil foi fator decisivo para a promoção dessa nova parceria (o perdão, em percentual muito superior ao acordado com o Clube de Paris, só foi possível mediante a aprovação da lei 9.665/98, que autoriza o Governo brasileiro a conceder redução parcial das dívidas dos governos estrangeiros para com o Brasil).

14. O Brasil e Moçambique têm desenvolvido relacionamento de grande intensidade desde a independência moçambicana, em 1975. O adensamento das relações a partir de meados da década de 90 levou o Governo moçambicano a abrir uma Embaixada em Brasília em janeiro de 1998, decisão esta que veio contribuir para uma intensificação ainda maior das relações bilaterais. Em julho de 2000, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou visita oficial a Maputo, onde participou também da III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Em junho de 2001, o Presidente Chissano realizou visita oficial a Brasília e participou de Cúpula do Mercosul, em Assunção. Durante a visita, foram assinados oito documentos, entre protocolos e memorandos de cooperação, em diversas áreas, com destaque para educação e saúde. Em 2002, o Presidente Chissano voltou ao Brasil, a fim de participar da IV Cúpula da CPLP, em Brasília. Em novembro de 2003 o Presidente Lula foi a Moçambique, visita recíproca em agosto de 2004 pelo Presidente Chissano. O Vice-Presidente da República, José Alencar, representou o Governo brasileiro nas cerimônias de posse presidencial ocorridas no dia 2 de fevereiro corrente. Em março de 2005, o Ministro Celso Amorim tornou-se o primeiro Ministro das Relações Exteriores a visitar Moçambique bilateralmente, após a posse de Guebuza. O Presidente moçambicano visitará o Brasil oficialmente em outubro de 2005. Foi proposto a Moçambique o período de 1 e 2 de setembro próximo para a reunião da Comissão Mista, em Brasília.

15. Durante a visita presidencial a Maputo, em novembro de 2003, houve grande avanço dos programas de cooperação técnica. Na área de educação e formação de professores, destacam-se os projetos de alfabetização de adultos e o Bolsa-Escola. No domínio da capacitação institucional, o Governo brasileiro apoiou a instalação da Escola Nacional de Protocolo. No que toca a agricultura, a EMBRAPA irá ajudar o Governo local na promoção da segurança alimentar e do desenvolvimento agrícola. O Governo brasileiro comprometeu-se a transferir tecnologia e custear a instalação de um laboratório de medicamentos anti-retrovirais genéricos em Moçambique. Foi iniciado o tratamento de pacientes soropositivos com medicamentos doados pelo Governo brasileiro.

16. Na área de saúde, iniciou-se o tratamento de 100 pacientes soropositivos, com medicamentos doados pelo Brasil, baseado na experiência brasileira e com treinamento também por técnicos brasileiros. Foi firmado Protocolo de Intenções, com vistas à instalação de um laboratório de produção de anti-retrovirais em Moçambique. A tecnologia e assistência técnica para produção desses

medicamentos serão fornecidas, a título gratuito, por Far-Manguinhos. Missões técnicas já foram a Moçambique e uma equipe técnica moçambicana visitou o Brasil, em agosto de 2004, para tratar dos detalhes do projeto do laboratório.

17. O Presidente Chissano visitou o Brasil, de 31 de agosto a 3 de setembro de 2004. O encontro dos Presidentes Lula e Chissano refletiu a prioridade atribuída pelo Governo brasileiro às relações com a África, especialmente com os países de língua portuguesa. Durante a visita, foi assinado acordo para o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique para com o Brasil, no valor de cerca de US\$ 280 milhões, relativa a créditos comerciais concedidos no âmbito do PROEX. O Presidente Joaquim Chissano considerou o acordo como um gesto concreto e tangível do espírito de solidariedade no âmbito da CPLP.

18. O Ministro dos Recursos Minerais e Energia, Castigo Langa, anunciou, em 12 de novembro de 2004, que a companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi a vencedora da concorrência para a exploração do complexo carbonífero de Moatize, situado no norte do país, em cerimônia pública com a presença de representantes das empresas participantes, do governo, da comissão julgadora e da imprensa.

19. A proposta da Vale, conforme informaram autoridades moçambicanas, era irrecusável, e todo o processo foi conduzido com a maior transparência. O Ministro Langa realçou, após anunciar os pontos técnicos positivos da proposta da CVRD, que o fator decisivo na oferta da Vale foi o aporte financeiro de US\$ 122,8 milhões, a serem pagos na assinatura dos contratos de Moatize, ocorrida no dia 27 de novembro.

20. O Ministro Langa afirmou que ofertar todo esse capital antes mesmo de começar a exploração era prova inequívoca de confiança no projeto e no país. Frisou igualmente o fato de que a Vale comprometeu-se a produzir 21 milhões de toneladas de carvão, que superava a expectativa do governo moçambicano. Mencionou igualmente a reserva de 10% para participação privada moçambicana no capital da empresa; a participação gratuita do governo em 5%; o dispêndio de US\$ 6,47 milhões em projetos comunitários, bem acima do mínimo de US\$2 milhões estipulado para a fase de prospecção e pesquisa, e de US\$ 50 milhões na fase de exploração; o compromisso de disponibilizar 15% da produção para o mercado interno; e o desenvolvimento de projetos de desenvolvimento regional no Vale do Zambeze.

21. A CVRD apresentou diversos projetos sociais a serem desenvolvidos no Vale do Zambeze. O projeto é de grande importância para ambos os países, uma vez que abre a possibilidade de manter com Moçambique, país de língua portuguesa voltado para o Índico, relações privilegiadas, ancoradas nas perspectivas de uma parceria econômica e estratégica mutuamente vantajosa. O Presidente Lula tratou do tema diretamente com o Presidente Chissano durante encontros em Maputo e Brasília, respectivamente em novembro de 2003 e agosto de 2004.

22. A política externa brasileira tem dimensão global, prioriza nosso entorno político-geográfico e abrange nações com as quais temos um patrimônio histórico, linguístico, cultural e étnico comum. Nesse contexto, o Brasil tem feito da cooperação entre países em desenvolvimento a pedra angular de sua política de cooperação técnica no exterior. Apesar da relativa limitação de nossos recursos, buscamos maximizar os meios disponíveis, humanos e materiais, em benefício de cada um e de todos os nossos parceiros.

23. As ações do Governo brasileiro com os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) - formada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste - são focadas nos objetivos estatutários da Comunidade, ou seja, a concertação político-diplomática entre os Estados-membros, a cooperação econômica, social,

cultural, jurídica, científica e técnica e a promoção e difusão da língua portuguesa. Some-se, a essas áreas, a cooperação econômico-empresarial, de nítida expansão nos últimos anos.

24. Reside no domínio da concertação político-diplomática a vertente de maior visibilidade da CPLP. Às vésperas do décimo aniversário de sua fundação, a Comunidade tem sido chamada a contribuir ativamente na mediação de crises político-institucionais ocorridas em alguns dos países membros. Em julho de 2003, a CPLP integrou missão internacional de mediação da crise verificada em São Tomé e Príncipe, após golpe de Estado, revertido com o apoio decisivo daquela missão. Em setembro de 2003 e outubro de 2004, a organização esteve presente em missões que trataram de garantir soluções políticas adequadas para graves crises na Guiné-Bissau. Destaque-se ainda, nesse domínio de atividades, a crescente concertação político-diplomática entre os Estados-membros no âmbito de organismos multilaterais globais, com destaque para o sistema das Nações Unidas.

25. A cooperação em geral, por sua vez, constitui um dos elementos essenciais das atividades da CPLP, cabendo à cooperação técnica a grande maioria dos projetos comunitários. Se a língua, a convergência de interesses, os elementos históricos e culturais comuns ditaram a criação da Comunidade, a cooperação tem representado um dos pilares da integração comunitária, com potencial para reforçar e multiplicar os laços que unem os países que a constituem. A cooperação desenvolvida sob a égide da CPLP tende a ampliar-se consideravelmente e consolidar-se cada vez mais em espaço próprio, o que a torna crescentemente reconhecida e necessária.

26. O papel do Brasil nesse contexto tem sido de absoluta relevância. Sua destacada atuação na Reunião dos Pontos Focais de Cooperação - órgão que congrega as unidades responsáveis nos Estados membros pela cooperação internacional - tem-se traduzido na apresentação e acompanhamento de um sem número de projetos multilaterais voltados para áreas de grande prioridade, como saúde, educação, administração pública, desenvolvimento empresarial, inserção social, telecomunicações, formação profissional, etc. São de iniciativa brasileira projetos da dimensão e do alcance social dos Centros Regionais de Excelência em Desenvolvimento Empresarial (recentemente inaugurado em Angola) e em Administração Pública (em fase de construção, em Moçambique). Do mesmo modo, caberia citar o valioso Programa de Treinamento em Cooperação Técnica Internacional (ProCTI) que a Agência Brasileira de Cooperação vem desenvolvendo nos últimos dois anos, com o objetivo de elevar o nível de conhecimento do pessoal técnico dos países membros da CPLP, no tocante à metodologia de projetos e processos referentes à cooperação para o desenvolvimento.

27. No campo bilateral, a estratégia da cooperação técnica prestada pelo Brasil também está centrada no fortalecimento institucional de nossos parceiros, condição esta fundamental para que a transferência e a absorção dos conhecimentos nos assuntos em questão seja efetivada. A troca de experiências e de conhecimentos, objetivo último da cooperação técnica, e que materializa o sentimento de solidariedade recíproco entre nossos povos, certamente beneficia a todos de maneira global. Os projetos em execução nas diversas áreas do conhecimento têm-se mostrado eficientes promotores de desenvolvimento. Representam, também, o esforço de muitos profissionais e entidades e demonstram que, havendo disposição e vontade política, sempre é possível, mesmo em épocas de dificuldades financeiras e econômicas, realizarem-se atividades de elevado conteúdo sócio-econômico.

28. Nossa cooperação é baseada nos princípios de solidariedade e de co-responsabilidade. Não tem fins lucrativos e é desvinculada de interesses comerciais. Visa a compartilhar nosso "know-how" e melhores práticas em áreas consideradas mais relevantes pelos próprios países receptores. Assim, nessa ótica, atuamos de acordo com as prioridades dos países parceiros, mediante um processo de transferência de conhecimentos, sem imposições. Consiste essencialmente num trabalho de construção conjunta, por intermédio de atividades e projetos de cooperação, cujo objetivo último é o

desenvolvimento integral, ou seja, crescimento econômico, com mais justiça social e maior respeito ao meio ambiente.

29. Não obstante não ser ainda o Brasil um doador líquido de recursos no âmbito da cooperação técnica internacional, possuímos um importante acervo de conhecimentos técnicos e soluções que podem ser aplicados de imediato em países com problemas assemelhados aos nossos, principalmente nos setores de agricultura, energia, meio ambiente, metrologia, saúde, ensino profissionalizante, informatização, desenvolvimento industrial e administração pública, entre outros.

30. Como mencionei anteriormente, um exemplo de cooperação exitosa no contexto da cooperação entre países em desenvolvimento é o do Centro de Formação Profissional Brasil - Angola, em Cazenga, região de Luanda, em Angola. Esse centro é o resultado de vários anos de planejamento e coordenação técnica realizados pela ABC, com o apoio e a participação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). O desembolso brasileiro inicial para esse projeto foi destinado ao trabalho de técnicos e peritos durante os primeiros anos de execução e também na compra de partes dos equipamentos e mobiliários para as áreas operacionais. Inicialmente, o Centro foi estruturado com o objetivo de apoiar o esforço de reconstrução do país, vitimado pela guerra civil de várias décadas. O Centro de Formação Profissional Brasil-Angola tem capacidade para formar cerca de 1.500 alunos por ano. Projetos semelhantes estão sendo desenvolvidos na América Latina, África e Ásia (Paraguai, Timor Leste, Cabo Verde e Guiné-Bissau).

31. Outro exemplo se refere às ações desenvolvidas pelo Brasil na área de saúde e de cooperação internacional, em especial no que se refere a uma resposta ao HIV/AIDS, que obtiveram um grande êxito desde o início da sua implantação como instrumento de política pública do Governo brasileiro, alcançando repercussão e reconhecimento internacional devido a sua originalidade e efetividade. Nesse contexto, a iniciativa que vem sendo liderada pelo Ministério da Saúde de planejar o desenvolvimento, estabelecer políticas de saúde e de cuidados primários e de apoiar a implementação das ações correspondentes nos países latino-americanos e africanos, vem ao encontro dos princípios e diretrizes da cooperação técnica brasileira e conta com o decidido apoio da Agência Brasileira de Cooperação.

32. Exemplo disso é a instituição do Programa de Cooperação Internacional para Ações de Controle e Prevenção ao HIV/AIDS para Países em Desenvolvimento bilateral, ou PCI, que é desenvolvido em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação, e tem por objetivo principal financiar a implantação de 5 projetos-piloto, em países da América Latina e África, por meio de assistência técnica e doação de medicamentos anti-retrovirais produzidos no Brasil por laboratórios públicos para o tratamento de portadores de HIV/AIDS. Dentre outras possibilidades, a oferta brasileira inclui capacitação de recursos humanos em manejo clínico, logística de distribuição de medicamentos anti-retrovirais a fundo perdido, além, é claro, de sua doação. Em Moçambique, por exemplo, estão sendo desenvolvidos dois projetos específicos. O primeiro tem por objetivo analisar a viabilidade técnico-econômica para a instalação, naquele país, de uma fábrica para a produção de medicamentos anti-retrovirais. O segundo, intitulado "Estamos Juntos", visa promover políticas sociais e a saúde mental e reprodutiva, bem como servir de instrumento de prevenção ao HIV/AIDS, por meio do intercâmbio de experiências entre o lado brasileiro e o moçambicano.

33. O Ministro da Saúde enviou duas missões a Maputo. A primeira, em julho de 2003, foi enviada para avaliar as condições para a instalação de fábrica de anti-retrovirais, anunciada durante visita do Ministro Celso Amorim a Maputo, em maio de 2003. A missão procurou conhecer as autoridades moçambicanas que acompanhariam o desenvolvimento das ações posteriores, bem como fazer uma avaliação preliminar das necessidades do país nessa área. A segunda missão, realizada em junho de 2004, identificou a falta de pessoal técnico especializado na produção e no controle de qualidade de medicamentos. O Protocolo de Intenções menciona que caberia ao Brasil oferecer e viabilizar cursos

de capacitação e treinamento. A Fiocruz pode fazer o treinamento, mas, para isso, é necessário que as autoridades de Moçambique designem a equipe que será treinada. Como o treinamento é específico para uma determinada modalidade de produção, é necessário também que as autoridades moçambicanas determinem o perfil de suas necessidades técnicas.

34. A segunda missão também identificou a necessidade de criar laboratório de controle de qualidade de medicamentos. Inicialmente, havia a idéia de transformar o laboratório de controle de qualidade de águas e alimentos existente no prédio do Ministério em laboratório de controle de qualidade de medicamentos. As autoridades moçambicanas comprometeram-se a enviar o plano arquitetônico do laboratório, com vistas a elaboração de projeto para sua transformação.

35. Em agosto, uma missão técnica moçambicana, composta por um engenheiro, um arquiteto e um farmacêutico, visitou Far-Manguinhos para tratar especificamente do tema da fábrica de anti-retrovirais, de acordo com compromisso assumido pela parte moçambicana por ocasião da missão do Ministério da Saúde do Brasil a Maputo, em junho de 2004. Em reunião entre representantes do Departamento da África, da ABC e do Ministério da Saúde, no dia 10 de dezembro de 2004, decidiu-se que o estudo seria executado pela Fundação para o Desenvolvimento Científico e tecnológico em Saúde (FIOTEC), ao abrigo de projeto de cooperação ABC-PNUD. Os recursos, no valor de US\$ 487 mil, foram transferidos, no dia 23 de dezembro de 2004, da rubrica "cooperação com países de língua portuguesa" para a ABC. O projeto do estudo de viabilidade técnica e financeira do laboratório de anti-retrovirais em Moçambique já foi submetido às autoridades daquele país.

36. O estudo definirá quais medicamentos produzidos: os de atenção básica (antiparasitários, hipertensão, diabetes, soro hidratante, antiinflamatório, antitérmico, etc.) ou os chamados medicamentos de alto impacto (AIDS, câncer, deficiência renal, hepatites, etc.). A configuração da fábrica, a escala e a capacitação irão variar conforme a modalidade escolhida. Em uma segunda etapa, a Fiocruz poderia prestar apoio para desenvolver uma escola de saúde pública em Maputo, com vistas a criar massa crítica de sanitaristas moçambicanos. Por fim, o Governo brasileiro auxiliaria na criação de um laboratório de controle de qualidade de medicamentos, que daria grande visibilidade à cooperação brasileira.

37. A CVRD, recentemente, declarou que estaria disposta a financiar 50% do valor da fábrica, bem como doaria US\$ 500 mil para apoiar a criação do laboratório nacional de controle de qualidade de Moçambique.

38. Ao apresentar algumas reflexões sobre o tema específico da cooperação, caberia destacar ainda, de forma sucinta, o papel da Agência Brasileira de Cooperação na coordenação e execução dos programas e projetos de cooperação técnica do Brasil. Cabe à ABC, entre outras atribuições, orientar as instituições nacionais sobre as oportunidades existentes no âmbito dos vários acordos de cooperação técnica internacional firmados pelo Brasil; apoiá-las na formulação dos projetos; coordenar, na condição de órgão oficial responsável pela cooperação técnica internacional, a negociação entre as instituições cooperantes e solicitantes; monitorar a execução dos projetos e divulgar informações sobre o seu desenvolvimento e os resultados obtidos; intensificar e estreitar os laços políticos e econômicos do Brasil, através da transferência de tecnologias e de soluções criativas, baseadas na experiência nacional de desenvolvimento, para países da América Latina, Caribe, África, Ásia e Oriente Médio.

39. Em termos políticos, o papel da ABC tornou-se particularmente relevante no âmbito da diplomacia brasileira. Como agente da cooperação técnica prestada pelo Brasil a um número cada vez maior de países em desenvolvimento, a Agência vem contribuindo de forma progressiva para projetar uma imagem moderna do país e para consolidar um papel de destaque no âmbito regional e internacional. Ela constitui hoje um dos principais instrumentos da política externa brasileira, que se

encontra cada vez mais voltada para o desenvolvimento do Brasil e para a promoção do país à condição de "global player" nas relações internacionais.

40. A cooperação técnica brasileira, que constitui hoje um eficiente instrumento de política externa, empregou nos últimos anos cerca de US\$ 15 milhões em mais de 120 ações e projetos em países na América Latina, Caribe, África e Ásia (Timor-Leste). Na verdade, esse valor deve ser multiplicado por 12 a 15 vezes, podendo chegar a algo em torno de US\$ 225 milhões. Isso decorre do fato de a ABC não contratar serviços de consultorias externas para a elaboração de seus projetos, mas de contar com o apoio direto (não comercial) das entidades brasileiras envolvidas em cada caso.

41. Entendo ser a Cooperação Técnica Internacional uma opção estratégica de parceria. Como todos sabemos, o sistema tradicional de cooperação internacional que pautou as relações Norte-Sul na última metade do século passado esgotou a maior parte dos seus paradigmas e, devido à sua rigidez filosófica, ideológica e mesmo operacional, não soube se atualizar de maneira a atender as novas realidades nacionais, regionais e globais. A decadência do modelo anterior não coincidiu, contudo, com o surgimento de outro modelo. Hoje, observamos nitidamente um embate entre aqueles que defendem o sistema antigo, paternalista, assistencialista de implementar a cooperação internacional, e aqueles que ousam propor formas inovadoras e, principalmente, mais eficientes e eficazes de se atingirem os objetivos mais abrangentes da cooperação.

42. Nesse ponto, o Brasil, Angola, Moçambique e os demais países da CPLP caminham juntos, com a mesma percepção de que é necessário mudar os conceitos, as estratégias e os procedimentos. Acredito, nesse sentido, que a realização deste evento será uma excelente oportunidade para nossos países de aprofundar essa visão moderna da cooperação técnica, exemplo a ser assumido pelos demais atores internacionais, tanto no plano bilateral quanto no âmbito multilateral.

43. Concluindo, gostaria de reafirmar a importância conferida pelo Governo brasileiro a debates como os realizados nesta oportunidade. Tenho a convicção pessoal de que poderemos desenvolver, em conjunto, idéias inovadoras no campo da política e da cooperação internacional, as quais contribuirão, repito, para a configuração de um novo modelo de relacionamento entre nossas nações, fundado em uma parceria transparente e em projetos vinculados às reais prioridades e demandas nacionais de desenvolvimento. Que o trabalho renda excelentes resultados e que tenhamos todos muito sucesso.